

MOBILIDADE OU A VIDA DOS MORADORES: MEMÓRIAS DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS

*Thelma Maria Grisi Velôso**

Resumo

A mobilidade camponesa na Paraíba, estimulada pelas chamadas *relações de morada*, será analisada, neste artigo, a partir das memórias de pequenos produtores do Assentamento Camucim (Pitimbu/Paraíba). Essas memórias foram obtidas através de entrevistas de história de vida, que foram submetidas à análise de discurso. Desse modo, analisaremos algumas seqüências discursivas retiradas dos relatos, com o propósito de refletir sobre os motivos que condicionavam essa mobilidade e, por conseguinte, refletir sobre as representações e imagens de si mesmos e dos outros, veiculadas e legitimadas através das lembranças.

Palavras-chave

Mobilidade; memória; história de vida; análise de discurso.

Abstract

Peasantry mobility in the state of Paraíba, stimulated by the so-called dwelling relationships, will be analyzed in this article in the light of the memories of small farmers living in the Camucim Settlement (Pitimbu/Paraíba). These memories were collected through interviews about their life histories and were submitted to Discourse Analysis. Thus, we will analyze some discourse sequences, extracted from the narratives, in order to reflect on the reasons that conditioned this mobility and, then, reflect on the representations and images they make of themselves and of the others, as they are reproduced and legitimized through these memories.

Key-words

Mobility; memory; life history; discourse analysis.

Este artigo tem como objetivo refletir, a partir das lembranças de pequenos produtores do Assentamento Camucim (Pitimbu/Paraíba), sobre a mobilidade camponesa. Essas lembranças foram obtidas no processo de elaboração da tese de doutorado,¹ através da realização de catorze entrevistas de história de vida que foram submetidas à análise do discurso. Nessa pesquisa, utilizamos a metodologia da história oral numa perspectiva de resgatar a subjetividade. A nossa ênfase, portanto, foi no processo de recriação das lembranças, procurando identificar os significados que tinham as experiências para quem as viveu e as recontava.

Desse modo, na maioria das histórias de vida está presente a questão da mobilidade geográfica. Os que nasceram em Pernambuco, após mudarem com pais e irmãos de uma fazenda, engenho ou usina, para outra, vieram para a Paraíba, onde continuaram a se transferir de um lugar para outro, até virem morar em Camucim. Os que nasceram na Paraíba também vivenciaram o mesmo processo, existindo caso de quem se deslocou, inclusive, para Pernambuco. Os entrevistados descendem, geralmente, de uma família de *moradores de condição* ou tornaram-se moradores no decorrer de suas trajetórias de vida, o que foi responsável pelo processo de mudanças que vivenciaram. Isto é, aqueles que eram moradores costumavam, na ocorrência de algum problema, inclusive a expulsão da propriedade, mudar de um lugar para outro. Dentre esses, alguns precisaram ir para *ponta de rua*, trabalhar como assalariados temporários.

A trajetória de vida dos pequenos produtores entrevistados confirma, portanto, a mobilidade e a heterogeneidade do campesinato brasileiro. A instabilidade e a insegurança daí decorrentes são marcas registradas em suas vidas. Percebe-se, como constatado em outros estudos,² que a cada ruptura provocada pela necessidade de mudar de um lugar para outro segue-se uma tentativa de reconstrução no processo de manutenção da sobrevivência desses pequenos produtores no meio rural.

Neste artigo, ocupar-nos-emos de algumas seqüências discursivas retiradas dos relatos de história de vida e ressaltaremos, através da análise dos discursos, as representações e imagens construídas de si próprios e veiculadas a partir das lembranças sobre os motivos que condicionavam a mobilidade desses pequenos produtores. Entretanto, antes de explicitarmos essas lembranças, ocupar-nos-emos em caracterizar as denominadas *relações de morada*.

As relações de morada

Como nos adverte Palmeira,³ para os trabalhadores da cana, morar significava estar ligado, de um modo particular, a um engenho. Tornar-se morador significava, assim, estabe-

lecer um *contrato* específico que o vinculava a um senhor de engenho particular. Nesse sentido, o trabalhador só se tornava morador quando se colocava *em relação com* o proprietário de terras. Apesar da mobilidade da vida do morador, que, historicamente, deslocava-se de uma propriedade para outra, o mais importante era que, no local aonde chegasse, ele se vinculasse de maneira específica ao proprietário. Quando se deslocava, procurava a casa de morada, isto é, uma casa que possibilitasse o seu sustento e de sua família, determinadas vantagens na propriedade e a abertura de possibilidades de usufruir um sítio. Desse modo, o referido autor assinala que, com a casa, o morador recebia trabalho (o denominado morador de condição) ou terra (o denominado morador foreiro).

Os moradores de condição tinham o dever de trabalhar para a propriedade. A condição relacionava-se, sobretudo, à obrigatoriedade do trabalho. Eles eram obrigados, além dos dois ou três dias de trabalho gratuitos (o *cambão*), a dar outros dias de trabalho, que variavam de acordo com o calendário agrícola. Na época do corte, quando havia mais necessidade de mão-de-obra, chegavam a dar cinco dias de trabalho. Quando havia remuneração, era em nível mais baixo do que a quantia paga aos trabalhadores de fora.

Os moradores foreiros, por sua vez, não eram obrigados a vender sua força de trabalho. Tinham acesso a um sítio (no qual desenvolviam uma agricultura de subsistência), pagavam o foro anual e, muitas vezes, davam alguns dias de trabalho gratuito – o *cambão*. Possuíam uma situação almejada por todos.⁴ O acesso ao sítio colocava os moradores em competição pelos favores do patrão. Sendo assim, os moradores foreiros viviam em uma situação que propiciava uma maior internalização das regras de morada.

Tanto o morador de condição quanto o foreiro recebiam uma casa, que incluía um terreiro (chão de terra ou fundo de casa). Nesse espaço, o morador de condição, que não recebesse sítio, plantava aqueles produtos considerados fundamentais para o consumo familiar (milho, mandioca, feijão).⁵ Desse modo, nem todos os moradores de condição tinham acesso ao sítio, que devia ser entendido como uma possibilidade dada pelo *contrato* de morada e tornava-se um dos mais importantes *prêmios* dados pelo senhor de engenho ao morador. O sítio representava, além da possibilidade do desenvolvimento de uma agricultura de subsistência, o poder de plantar árvores frutíferas e, assim, estabelecer um vínculo de permanência na propriedade. O sítio representava, também, um mecanismo central de diferenciação interna. E isso se expressava na própria organização espacial do engenho, isto é, os moradores sem sítio moravam no pátio, próximo à casa-grande, à casa do administrador, ao barracão⁶; os moradores com sítio moravam dispersos pelas áreas da propriedade, pouco propícias, em geral, para a plantação de cana. Estes últimos gozavam de uma autonomia maior, porém, como já foi sublinhado, deveriam, ao mesmo tempo, demonstrar uma interiorização maior das regras de morada.⁷

A casa-grande concentrava todo o poder social. A organização do engenho denotava a hierarquia e garantia a dominação e a vigilância do senhor sobre os demais. Na parte central, edificava-se a casa-grande e, em suas proximidades, ficavam as instalações do engenho, a capela, a escola, o barracão, um campo (onde se realizavam as festas ao ar livre e os jogos), as casas do administrador e demais empregados e as casas dos moradores sem sítio e dos não-moradores (como os trabalhadores de fora). Ao redor, o canavial e a distribuição das casas dos moradores com sítio.

O senhor *casava e batizava*, distribuía medicamentos, rezava novenas e moralizava. Detinha o poder de cura dos corpos e das almas. Em situações como nascimento, morte, doenças, recorria-se ao senhor, que, enquanto protetor, legitimava-se através da generosidade. Nessa relação, o morador contraía uma dívida que não podia ser paga, senão através da obediência e, por outro lado, submetia-se também em troca de recompensas. O senhor também decidia em quem o morador devia votar, o chamado *voto de cabresto*, e constituía o poder único dentro de sua propriedade, excluindo qualquer outra autoridade, até mesmo a polícia. Para se fazer obedecer ou para punir, os senhores recorriam a castigos corporais que, às vezes, resultavam em mortes. Cabia a verdadeiras *milícias privadas*⁸ garantir o poder no interior da propriedade, bem como em disputas fora dela. Acrescente-se, ainda, que o senhor não concedia a terra, apenas permitia que o morador desenvolvesse certas culturas, sob seu controle ou de prepostos. A criação de animais que não servissem ao autoconsumo só podia ser efetuada mediante autorização do proprietário. Era permitido que se aprovisionassem de água e lenha, porém a utilização da casa de farinha⁹ se dava em troca um décimo do produto. A casa, o sítio e aquilo que os moradores produziam pertenciam *de direito* ao proprietário.¹⁰

Além da casa e do trabalho, as demais trocas necessárias à subsistência se davam dentro do engenho. A compra de produtos, por exemplo, era feita no barracão, que se caracterizava, também, como uma forma de prender o morador que contraía dívidas. Havia casos em que o morador, bastante endividado, era ameaçado pelo proprietário de descontos para amortizar a dívida ou de negar-lhe novo crédito. O morador tentava sair para outra propriedade, mas o proprietário não lhe dava permissão, até que ele saldasse a dívida. Então o morador pedia um empréstimo equivalente à dívida para o novo patrão, porém ficava sem poder sair dessa nova propriedade enquanto não pagasse o novo débito. Caso não conseguisse o empréstimo e saísse fugido, era comum que o credor obtivesse apoio de uma autoridade que fosse prender o foragido, para que trabalhasse até saldar a dívida.¹¹

Cada relação concreta mostrava uma configuração de concessões e obrigações diferentes, que só se explica completamente pela história particular das trocas morador-senhor.

Situado numa posição que permite colocar os moradores em concorrência por seus favores, o senhor podia instituir vantagens materiais como contrapartida da fidelidade à sua pessoa sem mesmo ter necessidade de explicitá-las.¹²

Nesse processo, o dominado interiorizava que os interesses do dominante eram iguais aos seus; o trabalho que faziam para si significava um *dom* recebido. Assim, a própria utilização do tempo e do corpo do morador obedecia à vontade tácita ou explícita do senhor.

O que retém os moradores nos limites do engenho não é só a expectativa de um grito a lembrar que o senhor precisa deles, é toda esta vasta organização da vida social, envolvendo trabalho, residência, trocas materiais, práticas religiosas, festas que se desenvolvem dentro dos seus limites e constituem uma espécie de força centrípeta que os atrai *naturalmente* para dentro do espaço dominado pelo poder do senhor, e limita os horizontes mentais (*numa geografia mínima*), desviando-os do mundo social mais abrangente.¹³

Essa relação de dependência exigia do morador obrigações para com o dono da propriedade. Este, ao mesmo tempo, fortalecia o seu poder social à medida que possuísse um maior número de moradores – também era fortalecida sua força simbólica pelo número dos que o reconheciam como senhor. Acrescente-se, também, que os moradores estavam obrigados a ficar todo o tempo à inteira disposição do senhor, para executar suas ordens, a qualquer hora do dia ou da noite.

Novaes assinala ainda que, nas relações de morada, encobria-se a dominação pela lógica da reciprocidade:

Aos dons concedidos pelo senhor de engenho o morador deve fazer jus e, voluntariamente, retribuir. Entre os dons oferecidos pelos proprietários destacam-se: a casa, o trabalho e o acesso à terra para roçado (plantação de mandioca e outras culturas alimentares), direito de criar pequenos animais, acesso à água e o mel do engenho, acesso ao barracão. Juntam-se a proteção e o auxílio financeiro em momentos de precisão, na doença, no parto, e na morte. A contrapartida a tais concessões pode ser resumida através de uma palavra utilizada pelos próprios moradores: a *sujeição*.¹⁴

Vale sublinhar que não há nenhum fundamento jurídico na denominação *sujeição*, pois todos são livres perante a lei: esse termo nem é reconhecido nem sancionado pelo Estado, nem tampouco utilizado em classificações estatísticas oficiais. O termo *sujeito* era utilizado pelos sertanejos para designar os escravos, enquanto que o termo *liberto* designava o escravo que tinha passado à condição de livre.¹⁵ Designar os moradores de *sujeitos* é o resultado de um processo de elaboração das representações que se dá pelo reconhecimento da semelhança entre as condições materiais nas relações de morada e as condições

de escravidão. Embora os moradores não fossem escravos, estavam inseridos em relações de trabalho com características das relações de escravidão, inclusive por sua contemporaneidade.¹⁶

Novaes¹⁷ sublinha que “o *bom morador* era justamente aquele que internalizava mais completamente as *regras de morada*, dando vigor especial à dominação”. A diferenciação interna era um elemento importante, não só no que diz respeito à segmentação da força de trabalho, mas também no que se refere ao fato de dificultar a formação de uma identidade política dos dominados. A referida autora observa que, dentre os elementos ideológicos e culturais socialmente produzidos e reproduzidos, os quais legitimavam as regras de morada, destacavam-se os de caráter religioso. A religião católica, historicamente, serviu para legitimar a dominação, apesar de expressar também aspectos contraditórios e de resistência. Além disso, no que diz respeito às relações de morada, ela serviu para reforçar as relações pessoais com o senhor. Os sentimentos de lealdade e reconhecimento se fundamentavam também “no partilhar das mesmas crenças e concepções religiosas que aos poucos foram se tornando um denominador comum entre brancos, índios e negros”.¹⁸

Gostaríamos ainda de ressaltar as contribuições de Scott,¹⁹ que, a partir de seus estudos sobre o campesinato internacional, refere-se à existência de um princípio moral de reciprocidade na relação entre proprietários e camponeses.²⁰ Não estamos negando que, nas relações de morada, a lógica da reciprocidade encobria a dominação, nem tampouco que, para muitos autores, não existe reciprocidade entre desiguais, e sim lealdades que são introjetadas no processo de dominação. No entanto, no que diz respeito às relações de morada, não podemos desconsiderar que, entre proprietário e camponês, estabelecia-se uma relação de obrigação recíproca e o que mantinha a relação era o cumprimento dessas obrigações por ambas as partes. Nesse sentido, as contribuições do referido autor nos parecem relevantes na medida em que nos ajudam a refletir na seguinte direção: o cumprimento das obrigações (instituídas pelas regras de morada), tanto por parte dos camponeses, quanto por parte do proprietário, garantia a legitimidade dessa relação, pois, caso contrário, havia uma ruptura, isto é, a relação perdia a sua legitimidade. Havia, portanto, um tipo de contrato moral.

As lembranças dos pequenos produtores

A mobilidade durante as relações de morada, na maioria dos casos, é lembrada como provocada pelo proprietário, que, em geral, aparece como antagonista no discurso – é ele que “bota o morador para fora” da propriedade. Há quem afirme que o proprietário “botava

para fora” porque os moradores não estavam trabalhando do jeito que ele queria, ou então o aborreciam. O proprietário é lembrado como o que explora, o que deseja que o morador trabalhe até “largar o coró”, trabalhe como escravo.

Um outro aspecto a ser enfatizado, a partir dos relatos obtidos, diz respeito ao fato de que, além de construir a imagem do proprietário como antagonista, constroem uma imagem da luta como uma luta antiga – a imagem do *nós* como lutadores também. Nesse sentido, o sr. Z. G., um dos líderes durante o conflito que desencadeou a constituição do assentamento,²¹ afirma que ele e outros moradores, em uma determinada propriedade, foram colocados para fora porque entraram em atrito com o proprietário, pois estavam reivindicando seus direitos. Desse modo, aborreciam o proprietário também quando resistiam:

Sr. Z. G.: Bom eu sou... eu sou pernambucano, nasci em Nazaré da Mata e meu pai (voz embargada) (pausa) transformou pra essa região Abiaí, Alhandra e morou lá... lá no Tapuiú, no município de Alhandra e lá... e lá ele faleceu. E eu fiquei, e eu fiquei menino ainda... (pausa) Aí foi aquela... no começo daquela Revolução da... das Ligas Camponesa. O proprietário bota eu pra fora e... e eu vou pra aquela região do Conde, um lugar chamado Amparo, (pigarreia) de Amparo eu... o proprietário também me bota eu pra fora, todos os morador foram indenizados e a gente... eu fui lá, pra Grotá do Castitú, o proprietário também bota eu pra fora. (pausa) Naqueles tempo a gente pagava era um dia de cambão, um dia de graça, e “pro mode” isso que ele me botou pra fora. Eu fui porque a gente deu de se reunir mais o pessoal e a gente acabamos com o cambão de lá. Na propriedade a gente fizemos um contrato, esse contrato pra gente foi muito... foi muito difícil, no fim de três ano aí a gente não tinha pra onde... pra onde ir. Uns foram “simbora” e eu vim para aqui, pra Camucim.

O sr. Z. G. lembra que ele veio para Camucim após uma sucessão de despejos. Desse, um foi provocado pelo fato de o narrador ter se reunido com os outros moradores e terem substituído as relações de moradia por um contrato que só durou três anos. Apesar de ter de sair da propriedade, nesse discurso explicita-se que havia uma resistência. A forte emoção ao lembrar os fatos, seguida de pausas e hesitações, sugere a dificuldade do sr. Z. G. em narrar as expulsões que vivenciou e a própria mobilidade a que esteve sujeito desde criança. Por outro lado, é evidente, também, a sua intenção de demonstrar que, embora fossem considerados e tratados como *escravos*, também resistiam. E essa resistência tinha resultados positivos – “e a gente acabamos com o cambão de lá”. São lutadores e são vitoriosos! Essa imagem de lutadores corajosos é veiculada na maioria dos relatos. Cumpre lembrar que os desejos, os sonhos, as fantasias, condicionam as lembranças, tanto quanto as imagens que são construídas no presente.²² Não estamos desconsiderando que deveria haver uma resistência, porém não podemos perder de vista o trabalho de recriação

da memória. O que supomos é que esse tipo de consideração pode estar atrelado à imagem que veiculam no presente, após a conquista da terra, ou seja, essa imagem pode estar condicionada à lembrança da resistência.

Um outro aspecto a ser considerado, na seqüência discursiva acima, relaciona-se às conseqüências das Ligas Camponesas. O narrador, sr. Z. G., não foi sócio das Ligas, no entanto, afirma que uma das expulsões que viveu se deu no início da “Revolução das Ligas”. As Ligas, portanto, aparecem como referência, o que pode sugerir que o narrador queira se referir à contemporaneidade da expulsão sofrida com as Ligas e não, necessariamente, que essa tenha sido uma das expulsões que foi desencadeada ou que desencadeou o movimento. Por outro lado, a resistência camponesa perpassa todo o seu relato, assim como a figura do proprietário como antagonista, e a referência às Ligas contribui nessa direção. Além do interesse explícito da pesquisadora, destinatária do discurso, pelas Ligas, que pode ter motivado a referência feita pelo narrador.

Por outro lado, temos elementos para supor que a memória, em diversos relatos, remete ao momento da quebra das regras tradicionais, da ruptura das regras de moradia. Não podemos desconsiderar que o movimento Ligas Camponesas foi uma resposta a essa ruptura. Desse modo, os camponeses resistiram, não mantiveram a *reciprocidade* inerente às regras tradicionais, uma vez que essas foram rompidas pelo proprietário.

A existência de um processo de resistência anterior também é lembrado em outro discurso:

Sr. Lo: Popoca foi aonde eu cheguei lá e num... ele num queria foro, o foro era... o foro era pagar o cambão.

T (Thelma - entrevistadora): Lá em Capim de Cheiro, o senhor pagava o quê?

Sr. Lo: Lá eu tratava dos coqueiro, o... o meu pagamento que o... o proprietário exigiu só foi “pro mode” eu tratar dos coqueiro.

T: Mas era cambão?

Sr. Lo: Era não.

T: Era não?

Sr. Lo: Era não. Eu podia morar de graça e somente tratar dos coqueiro, do homem! E assim morei doze ano. Sem pagar nada.

T: Qual a diferença, hem? Do cambão pra tratar dos coqueiro?

Sr. Lo: Quer dizer que pela uma forma... pela uma forma vem ser a mesma coisa, né? Porque se não queria dinheiro, mas eu tratava somente do coqueiro, quer dizer, que era mesmo que ser é... o cambão, né? É mesmo, é. É mesmo que ser o cambão (...) obrigação de eu só tratar do coqueiro pra poder morar lá e trabalhar e... só era tratar dos coqueiro, quer dizer que era o mesmo cambão, né? (...) Ai nós falamos para o proprietário (...) chamamos ele atenção: “Seu Dodô nós já estamos abusado de tratar do coqueiro, está ouvindo? E de graça sem o senhor querer é... é... exigir dinheiro, mas nós agora quer que o senhor marque um foro pra

gente pagar, é melhor.” (...) “Não vocês podem morar aí...” “Não, a gente quer pagar um direito e o direito que nós quer pagar nós paga em dinheiro.” (...) Ai todo mundo pagou, ele ficou satisfeito, né? E aí acabou a confusão de a gente ficar pensando de trabalhar muito, né? Pra ele. E pagando os cinco... os cinco conto... os cinco mil réis por ano era melhor, era melhor. Porque ele queria a gente pra trabalhar muito, muito, né?

Em primeiro lugar, gostaríamos de ressaltar que, nesse relato, como em outros, os narradores se utilizam, para expressar as suas lembranças, do discurso direto. Segundo Anni et alii.²³ recorrer ao discurso direto, algo que é típico da narração oral e popular, auxilia a diminuir a tensão que a recordação de certos fatos provoca, garantindo ao narrador recordar essas situações como se estivesse assistindo a um espetáculo. Já para Cavallaro,²⁴ a utilização do discurso direto no presente, referindo-se ao passado, tem a função de dramatizar o evento. Tratando-se da memória, há uma reinvenção dramática de um evento passado, conferindo-lhe objetividade.

Vale salientar que essa seqüência discursiva foi retirada de um trecho do relato do sr. Lo, no qual o narrador relembra quando mudou-se para outra propriedade (Popoca). De acordo com ele, sua mudança ocorreu porque a terra ficou cansada e não por ter sido posto para fora e, porque, através de outros camponeses, obteve a informação de que Popoca era um lugar bom. O que sugere o seguinte: que as informações socializadas pelo grupo influenciavam as escolhas e que a qualidade da terra condicionava a mobilidade.

O sr. Lo lembra, dentre outras coisas, que em Capim de Cheiro a reivindicação do pagamento do foro foi conseguida e que, inclusive, o proprietário também ficou satisfeito. Em outra seqüência de seu relato, o narrador acima afirma que as Ligas eclodiram quando ele já estava em Popoca e que elas foram responsáveis pelo fim do cambão. A forma como expressa as suas lembranças nos leva a algumas interrogações: se as Ligas eclodiram quando ele estava em Popoca e lembra que reivindicava o pagamento do foro antes de se mudar para lá (já o reivindicava em Capim de Cheiro), havia, então, um movimento de resistência ao cambão antes da eclosão das Ligas? Ou, durante as Ligas, estava em Capim de Cheiro ou também esteve um período lá? E/ou toda a recusa à relação de morada gerada pelo próprio processo histórico que desencadeou o surgimento das Ligas condiciona a recriação das lembranças e faz com que o narrador situe esse movimento de resistência ao cambão anteriormente às Ligas? Afinal, a memória não é linear, inverte a ordem dos fatos a partir dos significados que assumem no presente.

Chama-nos a atenção o fato de a resistência em pagar o cambão se evidenciar, nesse discurso, através de um enfrentamento direto com o proprietário que não resiste, aceitando a decisão dos moradores em pagar o foro e, inclusive, ficando satisfeito. Ao contrário do discurso do sr. Z. G., não houve problemas, pois bastou que os moradores se impusessem

– “chamasse a atenção do proprietário”. A expressão *chamar a atenção* tem o sentido de se fazer notar, mas também de repreender. Seu uso nos remete à idéia de que os camponeses também eram capazes de intimidar. O proprietário ficou satisfeito, segundo o sr. Lo, e eles não tiveram de trabalhar muito para o proprietário. O discurso acima valoriza, assim, o trabalho para si em detrimento do trabalho para os outros: “E aí acabou a confusão de a gente ficar pensando de trabalhar muito, né? Pra ele”. As partes ficaram satisfeitas, sem maiores problemas. Delineia-se a imagem de um proprietário que aceita, sem grandes resistências, as reivindicações dos moradores e que não se caracteriza como antagonista.

No entanto, é importante ressaltar que cada entrevistado constrói seu relato a partir de determinadas características compostas pela construção da imagem de si mesmo que tensiona veicular. Fruto, entre outros, do *encontro* com o pesquisador, é em função dessa imagem que se desenvolverá todo o seu discurso. O modo como os eventos são reconstruídos pela memória depende da história pessoal e das intenções de cada narrador. E o que caracteriza os aspectos individuais em um relato é o relato como um todo, a forma e a intensidade como todos os motivos coletivos estão organizados.²⁵ Nesse sentido, existem discursos em que o proprietário aparece como aliado, mas sempre em contraste com um outro proprietário, que é considerado ruim. Um dos discursos seria o que se segue, narrando uma efêmera experiência de moradia:

Sr. R: Falei a casa a ele e botei a mo... a mobília no sábado e na segunda eu tirei. Porque ele queria que eu trabalhasse no abacaxi dessa altura, antes do sol sair. Eu digo: “Eu não sou seu... eu... eu não tenho terra não, Seu fulano. Seu Luis, eu não tenho terra não e nem sou sujeito ao senhor. Eu vou... eu não sei corrido da propriedade de fulano de tal (...) vou ver o... o carro e pra vim ver a minha mobília (...)” “Mas, Seu Raul, não faça isso não!” Eu digo: “Já fiz, já fiz, que eu não digo uma coisa pra não provar, já fiz. (...) lá aonde eu trabalhava, eu pegava de sete pra oito hora no serviço e eles já... já estavam trabalhando”. O velho nunca me disse nada, me deu conselho: “(...) não vá ‘pras’ terra de Luís Henrique que você se atrapalha. Não vá, não venda sua lavoura”. Eu digo: “Danta, eu... eu vou experimentar o bicho menos uma semana ou duas”. (...) Quando cheguei no... na segunda-feira lá bem cedo, o velho Moraes disse: “Raul... por aqui?” Eu digo: “Por aqui, e eu quero minha casa que eu... que eu encontrei foi o diabo de testa”. “E eu não lhe disse, rapaz, que você não saísse daí? Vá tomar conta do seu terreno... da sua lavoura.” (...) Trabalhei muito de noite mais os camarada, cavando leirão, quando a lua saía cada um levasse uma... tinha um açude assim, cada um levasse sua garrafa de cana pra trabalhar passava quase a noite toda. Quando era três hora da madrugada, a gente largava, saía do serviço, ia tomar banho, tomava café, ia para o serviço limpar mato. Sofri muito! (enfático) Hoje não, estou sofrendo doença aqui só.

Na seqüência acima, explicita-se a imagem do proprietário como antagonista em contraste com a de um outro, que é aliado. É patente, também, a questão do enfrentamento com

a autoridade, que é comum em todo o relato do sr. R. – o que não deixa de ser uma forma de resistência. Nesses casos, o outro (o proprietário, a polícia etc.) sempre o trata com certa cordialidade, como se estivesse se sentindo intimidado. Na seqüência acima, o sr. R. lembra que decidiu sair da propriedade onde se sentia explorado e enfrentou o proprietário, que pediu para que ele não fosse embora. Porém, decidiu retornar para a outra propriedade de onde tinha vindo e o proprietário o recebe de volta, sem maiores questionamentos. E vale ressaltar que, em outro trecho de seu relato, o sr. R. lembra que aquele a quem tinha “vendido a posse” (com relação à *venda da posse*, era o novo morador que indenizava as benfeitorias daquele que morava no sítio que ele iria ocupar) não se incomoda de devolvê-la, é muito compreensivo, assim como ressalta o poder e a bondade do proprietário, elogiando-o. Tais colocações nos remetem à idéia de que o bom patrão era aquele que, considerando a lealdade ilimitada dos moradores, usava muito pouco a violência.²⁶ Por outro lado, o sr. R. é sempre muito bem-sucedido nos seus enfrentamentos.

Percebe-se que, na seqüência discursiva em questão, o narrador não foi colocado para fora, reage à exploração, à escravidão, afirma que não é sujeito – embora hesite em dizer que não era sujeito ou escravo – e decide retornar para a fazenda, onde o proprietário é compreensivo e não o explora, mas o aconselha a não deixar a sua lavoura – é aliado. As lembranças do sr. R. nos sugerem uma forma de resistência à exploração. Os moradores não saíam apenas quando eram colocados para fora, mas também quando resistiam. Evidencia-se, nesse discurso, a imagem de uma certa autonomia – havia condições de escolher. Podemos supor que a recriação das lembranças estão trazendo à tona os desejos de autonomia. Supomos, então, que estamos lidando com uma idealização da memória, no que diz respeito às fantasias inerentes ao sucesso nas relações estabelecidas, à necessidade de enfrentamento, à valentia e à autonomia camponesa.

No entanto, apesar da bem-sucedida situação relatada, no discurso acima também está presente a questão do sofrimento. Vale ressaltar que, no que se refere a essa seqüência discursiva, num primeiro momento, o narrador resiste em trabalhar para o proprietário que o explora e retorna para a propriedade de onde tinha vindo, na qual o proprietário o aceita com cordialidade e releva o interesse de vê-lo desenvolvendo sua agricultura de subsistência. Logo em seguida, o narrador lembra seu sofrimento quando trabalhava a noite toda e a questão da bebida.²⁷ As lembranças são, assim, recriadas também a partir da visão de exploração das relações de morada no presente? Ou a exploração do passado, num primeiro momento, é escamoteada pelos desejos de autonomia e liberdade e, por isso, não são ressaltadas? Ou a questão do sofrimento, que é inerente à visão camponesa de trabalho, não pode ser descartada?

Por outro lado, o sr. R. enfatiza que hoje não sofre mais, só das doenças. Sabemos que, atualmente, está aposentado, então a vinculação do trabalho com o sofrimento parece referir-se a toda sua vida de trabalho. As doenças seriam, supomos, o prolongamento desse sofrimento, resultado da destruição gradual do corpo através do trabalho e das péssimas condições de vida. Além da imagem de lutador, daquele que resiste, constrói-se também a imagem de trabalhador e sofredor.

No que diz respeito, ainda, à saída dos moradores das propriedades durante as relações de morada, essas também são lembradas como resultantes de confrontos com os administradores, como ressalta o discurso a seguir:

Sr. Lo: Foi é... é... morei ali, e acabei de me criar é... em Goiana [Pernambuco], viu? Agora, não é acabei de me criar em Goiana. Meu pai andava muito, meu pai tinha um "ferventado" no juízo, ele não agüentava pelo menos é... uma discussão de um administrador pra ele. Quando ele tinha uma discussão com um administrador de um lugar, ele se aborrecia, só era se mudando. Os pessoal já chamava ele Mané de Viagem.

A seqüência discursiva, acima, atrela a questão da mobilidade ao fato de o próprio morador se aborrecer e resolver ir embora. Trata-se, portanto, de uma questão pessoal? Quais os motivos que faziam os pequenos produtores rurais saírem da propriedade? Nesse sentido, há discursos em que relembram que saíram do lugar porque quiseram, não foram colocados para fora. Sabemos que o querer, o desejo, no entanto, não se explica por si só, há sempre um motivo ou motivos implícitos ou explícitos, talvez, nesse caso, inconscientes ou que não queiram mencionar. Por outro lado, a explicitação do querer nos remete à questão da denominada *autonomia* camponesa, tão valorizada por eles.

Por fim, as lembranças sobre os motivos que condicionavam a mobilidade desses pequenos produtores não se restringem apenas ao fato de serem expulsos pelos proprietários. A partir dos relatos obtidos, esses motivos giram em torno também da própria qualidade da terra, que com o tempo vai ficando fraca, ou até mesmo pelo fato de terem sido informados sobre a existência de um outro local, onde a terra era mais produtiva, e/ou de conflitos com vizinhos e/ou administradores.

Ressalta-se, também, nessas lembranças, a questão da resistência à exploração vivenciada durante as relações de morada. Nesse sentido, eram expulsos da terra também porque resistiam. Não estamos negando que tal resistência deva ter ocorrido; no entanto, não podemos perder de vista o trabalho de recriação da memória. Temos elementos para supor que as experiências de luta e resistência vivenciadas por esses pequenos produtores, seja durante as Ligas Camponesas, seja durante o conflito pela terra que desencadeou a constituição do Assentamento, parecem condicionar a imagem de si que veiculam e legiti-

mam através das lembranças – são corajosos, organizados, lutam pelos seus direitos, resistem... Essa identidade se legitimaria, então, através das memórias sobre um passado de resistência e luta durante as relações de morada e, portanto, vinculadas à mobilidade que vivenciaram. Como assinala Gattaz,²⁸ não podemos desvincular a identidade, a trajetória de vida e a história narrada através das entrevistas. Desse modo, a identidade que o sujeito quer veicular através do discurso aparece como fio condutor da narrativa.

Recebido em julho/2003; aprovado em setembro/2003

Notas

* Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), doutora em Sociologia.

¹ VELÔSO, T. M. G. *Frutos da terra: memórias da resistência e luta dos pequenos produtores rurais de Camucim – Pitimbu/PB*. 2002. 355f. Tese de doutorado em Sociologia, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2002.

² WHITAKER, D. C. A. e FIAMENGUE, E. C. Memória feminina: trabalho, amor e escola. *Cadernos de Pesquisa*, Araraquara, ano 2, nº 2, pp. 13-28, 1995.

³ PALMEIRA, M. "Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na plantation tradicional". In: Simpósio *Le rapport au travail dans les sociétés américaines*, Paris, 1976. Congresso dos Americanistas (mimeo).

⁴ Vale salientar que os moradores foreiros, como os demais moradores, só podiam dispor dos produtos de seu trabalho a partir de uma concessão do senhor, que, em caso de venda dos produtos, tinha prioridade de compra. Ver PALMEIRA, *ibidem*.

⁵ As regras de morada estabeleciam a concessão à família de uma casa, que podia ou não estar construída. Havia um espaço maior ou menor à sua volta, onde podia haver árvores frutíferas ou onde os moradores podiam criar animais que servissem ao autoconsumo (galinhas, porcos, cabras etc.). Ver GARCIA Jr., A. R. *Libertos e sujeitos: sobre a transição para trabalhadores livres no Nordeste*. *Revista de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 3, nº 7, pp. 5-41, 1988.

⁶ Barracão: armazém da propriedade, no qual se abasteciam os moradores. Ver PALMEIRA, *op. cit.*

⁷ PALMEIRA, *ibidem*.

⁸ Constituídas de *capangas* ou *cabras de confiança*, isto é, indivíduos que, às vezes, cometiam crimes e ficavam sob a proteção do senhor, contraindo uma dívida moral.

⁹ As casas de farinhas tradicionais não eram eletrificadas e dependiam, para funcionar, sobretudo, da força de trabalho humana. Elas eram constituídas, basicamente, por roda de ralar mandioca (o ralador), prensa, onde a mandioca era espremida para retirar o veneno e forno onde se tostava a farinha. Ver OLIVEIRA, J. B. *Pitimbu e seu passado*. Rio de Janeiro, Alves Pereira, 1998.

¹⁰ GARCIA JR., *op. cit.*

- ¹¹ Havia casos em que o morador ficava trabalhando de dia e permanecia, à noite, preso em um quarto sob a guarda de vigias. ANDRADE, M. C. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 5 ed., São Paulo, Atlas, 1986.
- ¹² GARCIA JR., op. cit., p. 11.
- ¹³ *Ibidem*, p.13.
- ¹⁴ NOVAES, R. R. *De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro, Graphia, 1997, p. 14.
- ¹⁵ GARCIA JR., op. cit.
- ¹⁶ VELÔSO, T. M. G. *A representação social do trabalho alugado ou "Com a enxada nas costas e o coração preso"*. 1990. 193f. Dissertação de mestrado em Serviço Social, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1990.
- ¹⁷ NOVAES, op. cit., p. 15.
- ¹⁸ *Idem*, *ibidem*, p. 12.
- ¹⁹ SCOTT, J. C. *I contadini tra sopravvivenza e rivolta*. Napoli, Liguori, 1981.
- ²⁰ Scott (*ibidem*) parte da seguinte formulação: um presente ou um serviço cria, em quem o recebe, a obrigação de restituí-lo, no futuro, por um presente ou serviço de valor semelhante. A obrigação da reciprocidade é o princípio moral por excelência, o qual se aplica tanto às relações entre iguais como às relações entre desiguais. Em geral, pela própria natureza da relação, é provável que os serviços trocados entre patrão e cliente não sejam idênticos, porém estabelece-se uma obrigação recíproca, na qual os dois pólos da relação têm direitos e deveres. Assim, pensando a relação proprietário-camponês, o primeiro tem direitos, mas também o dever de proteger o camponês e assegurar que as suas necessidades materiais sejam atendidas. O segundo, por sua vez, tem esses direitos, mas também o dever de fornecer o seu trabalho e a sua lealdade.
- ²¹ Mais detalhes sobre o conflito, consulte VELÔSO, T. M. G. *Frutos da terra: memórias da resistência e luta dos pequenos produtores rurais de Camucim – Pitimbu/PB*, op. cit.
- ²² PORTELLI, A. Un lavoro di relazione: osservazione sulla storia orale. *Ricerche Storiche Salesiane*, Roma, n. 1, pp. 11-24, 2000.
- ²³ ANNI, R. et al. *I gesti e i sentimenti: le donne nella resistenza bresciana, percorsi di lettura*. Brescia, Tipolitografia Querianiana, 1990.
- ²⁴ CAVALLARO, R. *Storie senza storia: indagine sull'emigrazione calabrese in Gran Bretagna*. 2 ed., Roma, Centro Studi Emigrazione, 1999.
- ²⁵ PORTELLI, A. "Avere ragione di fronte al padrone. Struttura ed eventi nella vita di Valtero Peppoloni, lavoratore". In: LANZARDO, L. *Storia orale e storie di vita*. Milano, Franco Angeli, 1989. pp. 11-28.
- ²⁶ NOVAES, op. cit.
- ²⁷ Com relação à bebida, Julião (1979, apud NOVAES, op. cit., p. 76) sublinha que a aguardente era um grande aliado do latifúndio. Os camponeses bebiam para ficar mais espertos para o trabalho e terminavam se viciando.
- ²⁸ GATTAZ, A. C. "A busca da identidade nas histórias de vida". In: 10 INTERNATIONAL ORAL HISTORY CONFERENCE, 1998, Rio de Janeiro. *Proceedings*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas/Fiocruz, v. 2, pp. 875-884, 1998.